

## Ciência e Ambiente Política científica

# Ministro aponta quase 100 milhões em dívida a centros de investigação

Dinheiro em falta corresponderá a verbas destinadas ao funcionamento corrente das instituições e, numa menor fatia, a dívidas em contratos dos investigadores

### Tiago Ramalho

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) deve quase 100 milhões de euros às instituições de ensino superior e de investigação. Mais concretamente, serão 98,7 milhões de euros em dívida em Junho de 2024, segundo as contas do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, divulgadas ontem numa apresentação do ministro Fernando Alexandre na sua audição na Comissão de Educação e Ciência – mas que não foi discutida durante a audição.

A maioria desta dívida vigora há seis meses ou menos. Por outro lado, há 43 milhões de euros de dívidas às instituições com mais de seis meses, ou seja, que transitam já do ano passado. Os valores registados partem de um inquérito conduzido pelo próprio ministério junto das instituições de ensino superior e de investigação. Na audição parlamentar não foram dados mais esclarecimentos. Embora um gráfico com o valor das dívidas constasse da apresentação em PDF de Fernando Alexandre, o ministro não chegou a este *slide* durante os 15 minutos iniciais. E assim, o assunto ficou fora das quatro horas de debate desta audição.

Segundo o ministério, o “número de instituições credoras da FCT é superior a 150”, conforme indicou ao PÚBLICO numa resposta enviada no final da semana passada. A apresentação feita na audição do ministro da Educação, Ciência e Inovação na Comissão de Educação e Ciência, e que contou com a presença dos seus três secretários de Estado, incluindo Ana Paiva, responsável pela pasta da Ciência, revelou apenas as dez instituições com maiores dívidas associadas. Entre elas estão as universidades do Porto, de Aveiro, de Coimbra, a

Nova de Lisboa, do Minho, de Évora e o Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. A estas juntam-se as associações sem fins lucrativos de natureza privada do Instituto Superior Técnico e do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (i3S) da Universidade do Porto, bem como o Laboratório Associado para a Química Verde.

A Universidade do Porto lidera este “top 10” com 8,8 milhões de euros em dívidas da FCT, seguida das universidades de Aveiro (8,7), de Coimbra (8,4), a Nova de Lisboa (7,4) e do Minho (7,2).

Não é a primeira vez que Fernando Alexandre alude a estas dívidas da FCT às instituições. Na semana passada, na abertura do Encontro Ciência 2024, no Porto, defendeu maior previsibilidade “no pagamento às instituições do sistema científico e tecnológico”, passando a pasta inclusive para a liderança da FCT: “Da minha parte, farei tudo o que for necessário para que os meios não falem. Depois vocês têm de fazer a vossa [parte].”

Num vídeo à margem desse encontro, a presidente da FCT, Madalena Alves, respondeu ao ministro com a tutela da Ciência, reforçando que o problema se centra na falta de investimento. Recorde-se que a FCT é tutelada directamente pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, responsável inclusivamente pela atribuição do seu orçamento.

“Temos consciência de que temos sempre de fazer mais. O fazer mais implica ambição de estarmos no pelotão da frente e queria relembrar as palavras do ministro, porque, apesar de parecer um puxão de orelhas à FCT de que não cumpre as suas obrigações de pagamentos, na verdade, é uma mensagem positiva de que ele [o ministro] está em prol da



ciência, para fazer tudo pela ciência e essa é uma mensagem positiva”, afirmou Madalena Alves. “Portanto, contamos com o ministro para que continue a apoiar naquilo que a ciência necessita, que são mais investimentos, e estamos empenhados em fazer do nosso lado tudo o que pudermos.”

### Faltam as explicações

Há várias potenciais justificações para este valor em dívidas, embora Fernando Alexandre não tenha aprofundado o motivo destes mais de 100 milhões de euros em falta. Por um lado, a falta de dinheiro na FCT tem sido, há vários anos, uma das razões apontadas para estes atrasos. Outra justificação será a baixa execução financeira de algumas instituições, uma vez que o dinheiro atribuído é pago mediante a apresentação de despesas pelas instituições, analisadas depois pela FCT e só depois pagas – num regime centralizado dos fundos disponibilizados. Mas não é claro o motivo, já que não houve qualquer segundo dedicado a este ponto.

Na quarta-feira da semana passada, o PÚBLICO já tinha pedido ao Minis-

tério da Educação, Ciência e Inovação as contas do valor total das dívidas e a sua concretização por cada uma das entidades e a que tipo de pagamentos se referem. Sem especificar as instituições credoras – que o ministério afirma serem mais de 150 instituições –, apenas se referiu, “a título de exemplo, que 47% da dívida diz respeito a unidades e laboratórios associados e 27%, a emprego científico”, sem concretizar o tipo de dívidas e os principais prejudicados.

Alguns responsáveis de centros de investigação contactados pelo PÚBLICO afirmaram ainda que as dívidas às suas entidades não são um fenómeno novo e que no mês de Maio foi feito um esforço de regularização de parte dos pagamentos que estavam em falta – mantendo-se, ainda assim, uma dívida de quase 100 milhões de euros para o mês de Junho.

Na audição, o ministro assumiu que a visão para o sector se centra em “reforçar a autonomia das instituições de ensino superior”, avançando, no caso da ciência, novamente com o estatuto da carreira de investigação científica como exemplo negativo do anterior Governo. “Houve muito tempo para fazer um

[novo] estatuto da carreira de investigação científica e não foi feito”, afirmou na apresentação inicial na Comissão de Educação e Ciência. O actual texto desse mesmo estatuto é, em grande parte, idêntico à proposta do executivo do Partido Socialista aprovada no último Conselho de Ministros do Governo de António Costa, no final de Março de 2024.

O diploma final será enviado nesta semana aos sindicatos e organizações da ciência e do ensino superior



**Contamos com o ministro para que continue a apoiar naquilo que a ciência necessita, que são mais investimentos**

**Madalena Alves**  
Presidente da FCT



**O ministro Fernando Alexandre esteve ontem na Comissão de Educação e Ciência, no Parlamento**

– depois de terem sido ouvidos os seus contributos. A sua aprovação em Conselho de Ministros ficará adiada para Setembro, de onde partirá para a Assembleia da República. Este adiamento colocará vários cientistas na carreira de investigação científica (através das mil vagas do novo programa FCT-Tenure) sem que haja uma definição sobre as características dessa carreira, uma vez que o actual estatuto foi aprovado já em 1999.

Fernando Alexandre tem vindo a defender esta actualização do estatuto como solução para a precariedade na investigação científica, uma matéria em que voltou a deixar críticas à actuação dos governos anteriores, acusando-os de adoptarem uma “opção de precariedade” com os contratos a prazo vigentes nos concursos de emprego científico.

Há ainda novidades sobre os prazos esperados no sector científico. Ana Paiva anunciou que os resultados do FCT-Tenure, esperados para Setembro, deverão ser divulgados a 14 de Agosto. No caso dos concursos de projectos, os projectos exploratórios terão os resultados publicados até ao final de Julho, enquanto os

projectos mais longos (e com maior financiamento) só serão revelados no segundo semestre.

Também no segundo semestre haverá novo concurso de estímulo ao emprego científico, que é o principal meio para garantir contratos a prazo de seis anos. No entanto, este concurso só dará acesso às posições de início de carreira, segundo Ana Paiva, ou seja, só deverão abrir para a categoria de investigador auxiliar.

Fernando Alexandre adiantou ainda que pretende no segundo semestre de 2024 avançar com a revisão do estatuto da carreira de docente universitário e também do estatuto da carreira no ensino politécnico. Também nesse período, o ministro quer avançar com a revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), processo interrompido na sequência da demissão do Governo – e cuja primeira avaliação estava prevista já em 2012. O RJIES entrou em vigor há quase duas décadas e definiu que caberia ao Conselho Geral a eleição do reitor de uma universidade, com um número limitado de representantes a ter esse voto decisivo, por exemplo – algo que o ministro também critica.